

O Estado é um mal inerente

por Trey Smith

Tradução: *Nathan Cazé*¹

Título original: *The State is an Inherent Evil*

Originalmente publicado 4 de maio de 2016

Fonte: <http://www.primacyoftruth.com/the-state-is-an-inherent-evil/>



Uma crença de muitos cristãos, a qual forma uma cosmovisão incorreta, é a crença que o Estado é uma boa dádiva de Deus e é, portanto, inerentemente bom. Se o Estado é inerentemente bom, então desafiar a existência do Estado significa desafiar a bondade de Deus. A minha tese neste artigo é que o Estado não é inerentemente bom, não é uma boa dádiva de Deus e é, na realidade, inerentemente mal.

James Madison no *The Federalist Papers* [Os Documentos Federalistas] escreve: “Mas o que é o governo em si mesmo, senão a maior de todas as reflexões sobre a natureza humana? Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário” (O Federalista Nº 51). Madison, em defesa da Constituição e da formação de um governo federal, não faz nenhum apelo a um bem inerente do governo. Do contrário, Madison vê o governo como um mal necessário necessitando ser controlado. Se a Constituição fornece tal controle, é uma questão para outro momento. Entretanto, o pai da Constituição não considerou o governo inerentemente bom.

Seja qual for o entendimento dos fundadores do governo dos EUA, o cristão seria beneficiado ao olhar às Escrituras para formar uma base para a compreensão do governo terreno como inerentemente bom ou inerentemente mal. O relato de Gênesis de Caim e Abel fornece uma compreensão-chave a respeito da formação de governança terrena em contraste àquela do Reino de Deus. A explicação para tal contraste entre o Reino de Deus e o reino do homem é melhor ilustrada por parte de Agostinho na *Cidade de Deus*.

¹ E-mail do tradutor para contato: nhac27@hotmail.com. Traduzido e publicado em janeiro de 2018. Esta tradução está oficialmente disponível no blog monoergon.wordpress.com

Agostinho escreve na *Cidade de Deus*: “Destes dois primeiros pais da raça humana, pois, Caim era o primogênito, e ele pertenceu à cidade dos homens; depois dele nasceu Abel, o qual pertenceu à cidade de Deus. Assim como no indivíduo a verdade da afirmação do apóstolo é discernida: mas não é o primeiro o espiritual, senão o natural, e depois o espiritual”, 1 Coríntios 15:46. Daí acontece que cada homem, sendo derivado de um tronco condenado, é, antes de tudo, nascido de Adão de forma mal e carnal, e torna-se bom e espiritual somente posteriormente, quando ele é enxertado em Cristo por meio da regeneração — assim também era em toda a raça humana como um todo. Quando essas duas cidades começaram a desenvolver-se por uma série de mortes e nascimentos, o cidadão deste mundo foi o primogênito, e, depois dele, o estrangeiro neste mundo, o cidadão da Cidade de Deus, predestinado pela graça, eleito pela graça, pela graça um estrangeiro abaixo, e pela graça um cidadão do alto. Pela graça — pois tanto quanto se refere a si próprio, ele é nascido da mesma massa, toda ela está condenada em sua origem; mas Deus, como um oleiro (pois essa comparação é introduzida judiciosamente pelo apóstolo, e não com falta de pensamento), da mesma massa fez um vaso para a honra, e outra para a desonra (Romanos 9:21). Mas o primeiro vaso para a desonra foi feito, e depois deste outro para a honra. Pois em cada indivíduo, como já tenho dito, existe, em primeiro lugar, aquilo que é reprovável, pelo qual devemos começar, mas no qual não necessariamente precisamos permanecer; depois há aquilo que é louvável, a que podemos, ao alcançarmos, chegarmos, e no qual, quando o tivermos alcançado, possamos permanecer nisso. Não, de fato, que todo homem mau venha a ser bom, mas que ninguém será bom que não foi, em primeiro lugar, mal; mas, o quanto mais rápido qualquer um se tornar num homem bom, tanto mais rapidamente ele recebe esse título, e aboli o velho nome no novo. Portanto, é relatado a respeito de Caim que ele edificou uma cidade, Gênesis 4:17, mas Abel, sendo um peregrino, não edificou nenhuma. Pois a cidade dos santos é do alto, embora cá abaixo ela gera cidadãos, nos quais ela peregrina até o tempo em que chegue o seu reino, quando ela reunirá a todos no dia da ressurreição; e, em seguida, será o reino prometido dado a eles, no qual eles reinarão com o seu Príncipe, o Rei dos séculos, tempo sem fim” (Livro XV, Capítulo 1).

O que podemos derivar do fato que Caim edificou a primeira cidade terrena? Caim tivera de estabelecer governança civil ao edificar a primeira cidade sendo que a governança desta cidade não era de Deus, como é o caso com a Cidade de Deus ou o Reino do Céu. A governança civil foi instituída depois da queda do homem. Governança civil não foi uma

instituição que Deus criou e declarou como sendo boa no sexto dia da criação. Caim, não sendo um cidadão da Cidade de Deus, instituiu uma governança civil como resultado de sua natureza má em oposição à Cidade de Deus e a governança perfeita de Deus. O fato de que a governança civil ocorreu depois da queda do homem, em oposição à governança de Deus, e foi estabelecida por parte de Caim, dá clara autoridade Bíblica para concluir-se que o Estado terreno não é inerentemente bom, mas inerentemente mal e é uma antítese à Cidade de Deus.

Mais apoio a respeito do mal inerente do governo é dado por parte do filósofo Gordon Clark. No *A Christian View of Men and Things* [Uma concepção cristã dos homens e das coisas], Gordon Clark escreve o seguinte: “Evitando-se, assim, a disjunção entre o governo natural de Aristóteles e o governo convencional de Rousseau, a teoria cristã de política é consistente com a sua compreensão da natureza humana como esta, agora, de fato o é. Todos os sistemas não teístas supõem que a presente condição do homem é moral; o sistema cristão concebe a humanidade atual como anormal. Isso responde uma questão que é ocasionalmente levantada em discussões políticas sobre se o Estado é um bem positivo ou essencialmente um mal. A resposta cristã é que o Estado não é um bem positivo ou incondicional, mas ao invés um mal necessário. Para fazer jus à concepção cristã, deve-se insistir em ambos o adjetivo e substantivo. O Estado é um mal não somente por causa do abuso de poder por parte dos magistrados, mas também porque ele interfere com a liberdade e introduz uma superioridade inatural entre os homens”. A depravação total do homem, a sua natureza pecaminosa, a sua falta de bondade, contribuem para a prova que o Estado não é inerentemente bom, mas um mal necessário.

Desconheço completamente qualquer passagem bíblica que explicitamente afirma ou a partir da qual alguém pode derivar a premissa que o Estado é uma boa dádiva de Deus ou inerentemente boa. Os versos ou grupo de versos mais prováveis para tal premissa deve ser o frequentemente citado Romanos 13:1-7. Romanos 13:1-7 (KJV) “Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para

teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal.

Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência. Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo. Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra”. Entretanto, esse verso não diz que a função do ministro é boa, ou que o ministro é bom, ou que o governo civil é bom. O verso afirma que a função do ministro é usada por Deus para o bem. A função do ministro é um meio que Deus usa para o nosso bem. Esse verso é consistente com o de Romanos 8:28 (KJV) “E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”. Certamente, esse mesmo povo não argumentaria que “todas as coisas” são dádivas boas de Deus ou que “todas as coisas” são inerentemente boas. Claramente, Romanos 13 não fornece a base para a afirmação que o Estado ou a instituição de governança civil é inerentemente boa, mas meramente retrata um magistrado civil como sendo um meio para as dádivas boas de Deus tal como a justiça.

Portanto, a instituição de governo civil não é uma boa dádiva de Deus e não é inerentemente boa. Boa governança é feita somente por meio das leis morais de Deus na Cidade de Deus somente. No reino terreno do homem, o governo terreno foi inicialmente instituído por parte de Caim como resultado de fratricídio, o que, por sua vez, foi um resultado da natureza pecaminosa do homem desde a queda do homem. O reino terreno foi instituído pela queda do homem e pelo pecado. A governança terrena é necessária, mas isso não a faz ser inerentemente boa. Essa dicotomia fornece, ainda, parte do entendimento a respeito da importância da separação de igreja e Estado. A governança da igreja por meio da lei moral de Deus onde Cristo é a cabeça, é inerentemente boa. Deus usa o Estado terreno como um meio para o nosso bem. Isso não significa que o Estado é bom; significa que o resultado é bom, quer seja justiça (o que é bom) ou paz (o que é bom).

Se concordarmos que a paz de Deus é uma dádiva boa, então faz sentido que a governança civil seja baseada numa ética política de paz. O Princípio da Não Agressão é,

como tal, uma ética política de paz sobre a qual pode-se basear a governança terrena necessária. Eu tenho escrito sobre tal ética política bíblica [aqui](#).

Trey Smith é um advogado de reparação de lesão pessoal no leste do estado de Kentucky onde ele vive numa fazenda com a sua esposa e três filhos. Um batista reformado, Trey é membro da Primeira Igreja Batista na cidade de Russell, KY, onde ele é ativo nos ministérios de ensino e mídia. Trey escreve no blog www.primacyoftruth.com e ele é um blogueiro convidado no www.reformedlibertarian.com. Trey escreve sobre fundações bíblicas sobre política, economia e direito a partir da tradição reformada.